

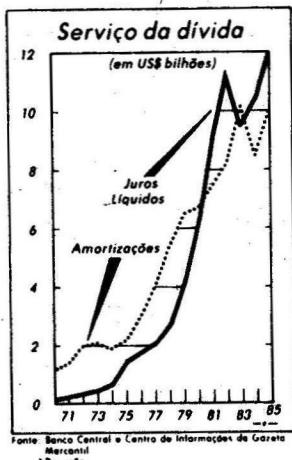
# Os números do governo para 1985

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Os números do balanço de pagamentos para 1985, conforme os dados trabalhados pelo Banco Central, foram formalmente apresentados ontem à comunidade financeira internacional, através de seus representantes no Brasil.

Ao grupo de 105 convidados, reunidos em um almoço em Brasília, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, explicaram que o déficit em transações correntes previsto em US\$ 3 bilhões para o ano que vem será coberto, com folga, com a entrada de empréstimos dos organismos internacionais.

Somando os desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o ministro Galvães prevê que o País contará ao longo de 1985 com recursos novos superiores a US\$ 5,2 bilhões. Ele revelou tam-



bém que o Brasil espera poder acertar com os bancos estrangeiros, nesta rodada de negociações da dívida externa, a dispensa de qualquer pagamento de amortização no ano que vem.

"Isto depende ainda dos exercícios estatísticos que estão sendo feitos para a montagem do esquema plurianual", ressaltou, reafirmando a disposição do go-

verno brasileiro de não pedir dinheiro novo aos bancos comerciais.

O presidente do Banco Central, na breve exposição que fez aos convidados, destacou os resultados expressivos alcançados até agora no programa de ajuste interno e externo desenvolvido ao longo dos últimos dois anos. "Conseguimos resultados mais visíveis em alguns segmentos, como a área externa e a parte interna do crescimento econômico", destacou ele.

Sem dúvida, a nova projeção contida neste novo documento para o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) (ver página 3) mostra que a estimativa anterior estava subestimada. Diante do aumento projetado, na versão anterior do mesmo documento, em agosto, de 1% para este ano, o governo indicou para os banqueiros a projeção reestimada de 3,5% para o PIB neste ano. Mesmo assim, Pastore acha que a renda real poderá suplantar este percentual, apresentando um patamar mais alto, entre 4,5 e 4,8%. De qualquer modo, os 3,5% já asseguram uma variação positiva para a renda real per capita deste ano.

"Do lado da inflação é que não conseguimos ainda obter um resultado mais visível, e isto demanda que se mantenha em 1985 um rígido programa de austeridade fiscal e monetária", disse ele aos banqueiros, assegurando que o Brasil "não sairá do curso".

A tarefa, no entanto, não é fácil. Depois de duas reuniões realizadas ontem, a missão técnica do FMI e os ministros da área econômica do governo não conseguiram concluir o acordo para as metas internas, que vão embasar a sétima carta de intenções.

"Estamos trabalhando item por item sobre o setor público", indicou o ministro da Fazenda, informando que a nova carta está considerando uma taxa de inflação de 120% para o final do ano que vem, com uma taxa média que poderá ficar acima dos 170%. Ele prevê que até o final desta semana estejam concluídos os entendimentos com a missão técnica do FMI.

(Ver página 13)